



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DELEGACIA GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024

Pregão Eletrônico: nº 01/2024	Data de Abertura: 27/02/2024 9h (Horário de Brasília) Local: www.comprasnet.gov.br	
Processo Administrativo: 2024/12400		
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMISSÃO E RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DIGITAL NO PADRÃO ICP-BRASIL, CONFORME DESCRITIVO NO TERMO DE REFERÊNCIA.		
Valor Total Estimado: R\$ 464.424,00/Anual (quatrocentos e sessenta e quatro mil e quatrocentos e vinte e quatro reais).		
Pregoeiro: MARIA LUIZA DE ALMEIDA TRINDADE		
Quadro Resumo		
Registro de Preços:	Modo de Disputa:	Intervalo de Lances:
Não	Aberto	R\$ 1,00
Critério de Julgamento:	Forma de Execução:	Prazo de Execução:
Menor preço Global	Será sob demanda, realizada de acordo com a emissão do voucher gerado pela PCPA para emissão de Certificado Digital.	Imediato, conforme a requisição da Contratante.
Critério de Reajuste:	Local:	
IPCA	Avenida Governador Magalhães Barata, nº 209, Bloco b, 2º andar na Secretaria da Diretoria de Informática, Manutenção e Estatística, Bairro: Nazaré, Belém PA, CEP 66040-170, no Horário de 09:00 às 16:00, de segunda a sexta-feira.	
Lic. Exclusiva ME/EPP?	Prova de Conceito	
Não	Não	
Anexos do Edital		
Anexo I	Documentos de Habilitação	
Anexo II	Minuta de Contrato	
Anexo	Termo de Referência	



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DELEGACIA GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



O promotor deste pregão eletrônico é o **ESTADO DO PARÁ, por intermédio da POLÍCIA CIVIL**, CNPJ: 00.368.105/0001-06, com sede na Av. Magalhães Barata, 209, Bairro: Nazaré, Belém/Pa, representada neste ato por sua ORDENADORA DE DESPESAS, a Delegada de Polícia Civil ANA MICHELE GONÇALVES SOARES ZAGALLO, brasileira, casada, servidora pública estadual, portadora do RG no. 1828369 PC/PA e do CPF/MF nº 286.797.252-34, residente e domiciliada nesta capital, conforme **Portaria nº. 182/2019-DG/PC-PA**, de 28 de outubro de 2020, publicada no DOE nº. 34.394, de 04 de novembro de 2020, pelo qual realizará licitação na modalidade descrita acima, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL EM LOTE ÚNICO**, com modo de disputa aberto.

A presente licitação observará a Lei Federal 14.133/2021, Decreto Estadual 2939 e 2940 do ano de 2023, Lei Complementar Federal nº 123/06 e demais normas aplicáveis assim como as condições estabelecidas neste Edital.

1. OBJETO

1.1. O objeto desta licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMISSÃO E RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DIGITAL NO PADRÃO ICP-BRASIL** para atender as necessidades da Polícia Civil do Estado do Pará, bem como as condições de fornecimento, recebimento e pagamento dos mesmos, conforme descrito no Termo de Referência (TR), o qual adere a este documento para todos os fins.

1.2. Os serviços a serem licitados estão descritos detalhadamente no Termo de Referência.

1.3. A presente licitação observará a composição de um grupo único o qual englobará todos os itens, conforme Termo de Referência.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do promotor por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

2.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item 2.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

2.4. A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no item 2.1 poderá motivar a inabilitação do licitante por descumprimento do dever constante no item anterior.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as MEs, EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Micro empreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e na Lei Estadual nº 8.417/16.

2.6 Não poderão disputar esta licitação:



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DELEGACIA GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



- a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
 - b) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - c) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si;
 - g) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;
 - h) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.
- 2.7. É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.
- 2.8. Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.
- 2.9. O impedimento de que trata a alínea d do item 2.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas b e c do item 2.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.
- 2.12. O disposto nas alíneas b e c do item 2.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.
- 2.13. A proibição do item 2.7 também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DELEGACIA GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



3. DAS FASES DA LICITAÇÃO

3.1. A licitação terá as seguintes fases:

- a) Apresentação das propostas e documentos de habilitação;
- b) Lances
- c) Julgamento das propostas;
- d) Habilitação;

3.2. Os licitantes encaminharão por meio do sistema eletrônico as suas propostas com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, *o licitante declarará em campo próprio dentro do sistema, que:*

- a) Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- c) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- d) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- e) Se o licitante for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.

3.4 As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

3.4.1 Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “não” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;

3.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “não” apenas impedirá que o licitante se beneficie do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

3.5 A realização de declarações falsas nos itens 3.3 e 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

3.6 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

3.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DELEGACIA GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



3.8 Os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

3.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a) A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b) Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo proibido:

- a) A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- b) A inserção de percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.9 será sigiloso para os demais licitantes e para o promotor, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.

3.12 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

3.13 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

- a) Valor do Item / Percentual do desconto;
- b) Marca;
- c) Fabricante;
- d) Descrição do Objeto, contendo informações similares à especificação do TR.

4.2 O licitante está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.

4.3 Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4 Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do licitante e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do item 5.13.

4.5 Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.6 A apresentação das propostas obriga cumprir o que nelas estão contidas e em conformidade com o TR.



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DELEGACIA GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



4.7 Em virtude do compromisso previsto no item 4.6, o licitante que apresenta proposta está obrigado a executar o objeto licitado nos termos da proposta, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidades e qualidades adequadas à execução contratual, promovendo sua substituição, quando requerido.

4.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:

a) Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas.

b) O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

b.1. Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou

b.2. Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. ABERTURA DA SESSÃO

5.1 A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 A proposta que identifique o licitante será desclassificada.

5.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.4 A não desclassificação da proposta não impede que ela seja julgada desclassificada, por ocasião de sua aceitação definitiva.

5.5 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

5.6 Apenas as propostas classificadas participarão da fase de lances.

5.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

5.8 Iniciada a fase de lances, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.9 O lance deverá ser ofertado do seguinte modo:

5.9.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

5.10 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

5.11 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.

5.12 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos licitantes será de R\$ 1,00 (um real).

5.13 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DELEGACIA GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



5.14 O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:

- a. No modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- b. A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos da sessão pública.
- c. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- d. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- e. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- f. Após o reinício previsto na alínea anterior, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15 Após o término dos prazos estabelecidos no item 5.14, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.

5.16 Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

5.17 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.18 No caso de desconexão com o pregoeiro durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo pregoeiro aos licitantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.20 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

5.21.1 Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

5.21.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir da comunicação automática para tanto.

5.21.3 Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DELEGACIA GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



5.21.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.

5.22 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.23 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:

5.23.1. Disputa Final: Os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

5.23.2. Avaliação do desempenho contratual prévio: Deverão ser utilizados preferencialmente registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações contratuais prévias.

5.23.3. Desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho: conforme regulamento.

5.23.4. Desenvolvimento de programa de integridade: conforme orientações dos órgãos de controle.

5.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:

1- Empresas brasileiras no território do Estado do PARÁ;

2- Empresas Brasileiras;

3- Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

4- Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal 12.187/09.

5.25. Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.

5.26. Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

5.27. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.29. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.30. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

5.31. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 Encerrada a negociação do preço, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DELEGACIA GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

6.3 Caso a consulta mostre ocorrências impeditivas indiretas, o pregoeiro verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento:

a) A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;

b) O licitante será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;

c) Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o licitante será julgado inabilitado.

6.4 O procedimento de habilitação será iniciado depois de constada a capacidade do licitante participar.

6.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o pregoeiro verificará se ele faz jus ao benefício, em conformidade com este Edital.

6.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

a) Contiver vícios que não possam ser sanados;

b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;

c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

d) Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;

e) Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.

6.8 É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela administração, devendo o pregoeiro investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

a) Verificação se o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada.

6.9 Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas a e b do item anterior autoriza a constatação da inexequibilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

6.10 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o licitante poderá ser notificado para comprovar a exequibilidade da proposta.

6.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha de custos e formação de preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em 1º



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DELEGACIA GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



lugar será convocado para apresentar planilha elaborada por ele com os valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a corrigir erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14 Para esta licitação não será exigida a apresentação de amostra.

7. HABILITAÇÃO

7.1 Os documentos previstos no TR serão exigidos para habilitação do licitante.

7.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.4 Se o licitante vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.5 Em caso de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.6. Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia enviada por meio eletrônico.

7.7 Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

7.8 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.9 Será verificado se o licitante apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.

7.10 O licitante deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DELEGACIA GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



7.11 Não será necessária a realização de vistoria, uma vez que não houve previsão no Termo de Referência.

7.12 A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

7.12.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.13 A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo pregoeiro constitui prova para fins de habilitação.

7.14 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.15 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.16 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:

- a) Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo licitante e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.17 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.18 Se o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no item 7.14.

7.19 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação.

7.20 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

8.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor:

- a) Pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

8.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

9. RECURSOS

9.1 A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de licitantes, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DELEGACIA GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



9.2 O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante, deve-se observar o seguinte:

- a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; e
- b) O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:

- a) Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis; ou
- b) Encaminhar o recurso, no prazo de 3 dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidi-lo no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.

9.10 os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados por meio do Portal COMPRASPARÁ.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Constituem infrações administrativas do licitante a serem punidas com as seguintes sanções:



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DELEGACIA GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Infração	Penalidade
a) Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame; b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando: 1) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação; 2) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; 3) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; 4) Deixar de apresentar amostra; 5) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; c) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;	Multa 10% do valor do contrato licitado. e Impedimento de licitar e contratar* * Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “Declaração de inidoneidade para licitar e contratar”.
d. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração; e. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação; f. Fraudar a licitação; g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando: 1. Agir em conluio ou contra a lei; 2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento; 3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada; h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.	Multa 20% do valor do contrato licitado. e Declaração de inidoneidade para licitar e contratar

10.2 As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do licitante ou adjudicatário.

10.3. As sanções previstas no item 10.1 não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

10.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) As peculiaridades do caso concreto.
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DELEGACIA GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



10.5 A multa será de 20% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.6 As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

10.7 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.9 A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.

10.10 A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

10.11 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na alínea c do item 10.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do promotor.

10.12 A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.13 Da aplicação das sanções multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis observado o seguinte:

a) O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;

b) O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.14 Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá a pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

10.15 O recurso a que se refere o item 10.13 deverá ser decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.

10.16 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

10.17 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

11.1 Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

11.2 A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DELEGACIA GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



11.3 A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.4 A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, por meio do e-mail pregaopcpa@gmail.com.

11.5 As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

11.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Dec Estadual nº 2.940, de 2023.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

12.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

12.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

12.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

12.8 Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

12.11 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal ComprasPará.

12.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Documentos de Habilitação

ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

ANEXO – Termo de Referência



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DELEGACIA GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



ANEXO I

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ART. 62, LEI 14.133/21)

I - Jurídica

- a) Registro comercial, para empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, bem como suas alterações, devidamente registrado, para as sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleições de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, devidamente registrado, acompanhada de prova da diretoria em exercício, para as sociedades civis e demais entidades;
- d) A empresa ou sociedade estrangeira, em funcionamento no País, deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

II - Técnica:

- a) Apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica (declaração ou certidão), em papel timbrado do emitente, em original ou cópia autenticada, comprovando o fornecimento dos serviços pertinentes e compatível(is) em características com o objeto licitado, emitido(s) por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, comprovando que o licitante executou.
- b) Demais documentos solicitados no Termo de Referência, no item “Requisitos da Contratada”;

III- Fiscal, Social e Trabalhista;

- a) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, de acordo com a Lei nº. 12.440, de 07 de julho de 2011, comprovadas no sítio www.tst.jus.br/certidao, quanto a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

IV- Econômico-Financeira

- a) Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentadas na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DELEGACIA GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.

b) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor do juízo da sede da pessoa jurídica.



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DELEGACIA GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO Nº XX/2024– PC/PA

PROCESSO Nº 2024/12400 – PC/PA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2024

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMISSÃO E RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DIGITAL NO PADRÃO ICP-BRASIL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ, EM QUE SÃO AS PARTES A POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA

CONTRATANTE – Estado do Pará, por intermédio da POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ, CNPJ nº 00.368.105/0001-06, com sede na Av. Magalhães Barata nº 209, nesta cidade, neste ato representado pelo Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Pará, nomeado por meio de Decreto, publicado no Diário Oficial nº 34.333 do Estado do Pará, Dr. WALTER RESENDE DE ALMEIDA, brasileiro, portador da RG nº. 1696544 - SEGUP/PA e do CPF inscrito sob o nº. 134.229.362-20, neste ato representado por sua Chefe de Gabinete da Delegada, Sra. ANA MICHELLE GONÇALVES SOARES ZAGALO, brasileira, casada, servidora pública estadual, portadora do RG no. 1828369 PC/PA e do CPF/MF nº 286.797.252-34, residente e domiciliada nesta capital, conforme Portaria nº. 182/2019-DG/PC-PA, de 28 de outubro de 2020, publicada no DOE nº. 34.394, de 04 de novembro de 2020.

CONTRATADO – Nome da razão social da pessoa jurídica, CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na [inserir endereço], neste ato representado por [nome do representante da pj], RG nº xxxxx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, com domicílio na [inserir endereço].

CLÁUSULA 2 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O presente contrato é oriundo do Pregão Eletrônico nº XX/2024 constante no Processo nº 2024/12400 e é regido pela Lei Federal nº 14.133/21 e os decretos estaduais que regulamentam a nova lei de licitações.

CLÁUSULA 3 – OBJETO

3.1. O objeto da contratação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EMISSÃO E RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DIGITAL** para atendimento as demandas da Diretoria de Atendimento ao Servidor - DAS, conforme descrito no termo de referência, o qual adere a este documento para todos os fins.

3.2 Este instrumento se vincula ao edital licitatório citado na Cláusula 2, à proposta do licitante vencedor e aos anexos desses documentos.

3.3 Os serviços contratados são os itens descritos no Termo de Referência.

CLÁUSULA 4 – DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

4.1. As formas e condições da prestação do serviço ora contratado são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA 5 – PREÇO

5.1. O valor global do contrato é R\$ xxx.xxx,xx e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão *inclusas* neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

CLÁUSULA 6 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado do Pará, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

Função Programática: 40101.06.122.1297.8338;



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DELEGACIA GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



Elemento de Despesa: 339040;

Fonte de Recursos: 01500000001.

CLÁUSULA 7 – REAJUSTE

7.1 O contrato será reajustado pelo IPCA.

7.2 É devido reajuste contratual apenas a cada **12 meses**, a contar da data do orçamento estimado.

7.3 O reajuste se *restringirá* ao valor do *saldo contratual* existente na data em que aquele for devido.

7.4 O reajuste será realizado *de ofício* pelo CONTRATANTE mediante a aplicação do índice de correção monetária mencionado na Cláusula 7.1 na base de cálculo do item 7.3.

7.5 O reajuste será automático e independerá de requerimento do CONTRATADO.

7.6 O reajuste será realizado por *simples apostilamento*.

7.7 No caso de atraso ou não divulgação do índice do item 7.1, o CONTRATANTE utilizará a sua última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.8 Caso o índice do item 7.1 venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, as PARTES elegerão novo índice, fixando-o por meio de termo aditivo.

7.9 Não será devido reajuste quando o atraso na entrega do bem for atribuível ao CONTRATADO.

CLÁUSULA 8 – PAGAMENTO

8.1 O pagamento será realizado em até **30 dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

8.2 O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade do CONTRATADO, cujos dados são:

Banco: XXXXXX

Agência: XXXX

Conta: XXXXX

8.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO adote as medidas para saneamento das pendências.

8.4 Na hipótese do item 8.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à CONTRATANTE.

8.5 A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura.

8.6 A regularidade fiscal do CONTRATADO deve ser verificada pelo CONTRATANTE por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal/fatura, por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias reiniciar-se-á, a contar da respectiva reapresentação;

8.7 A constatação de irregularidade fiscal do CONTRATADO não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual.

8.8 Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 8.7, o CONTRATADO deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de **5 dias úteis**. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, ofertando contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO.

8.9 A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento dos bens que já foram entregues.



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DELEGACIA GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



8.10 Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente serão pagos os bens já entregues.

8.11 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal/fatura, por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias reiniciar-se-á, a contar da respectiva reapresentação

8.12 Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será susinado automaticamente.

8.13 A inadimplência do CONTRATADO junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do CONTRATANTE justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância.

8.14 Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente junto a CONTRATANTE, em favor do fornecedor. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

8.15 O CONTRATANTE efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento.

8.16 O CONTRATADO optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que o CONTRATADO é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06.

CLÁUSULA 9 – GARANTIA DE CUMPRIMENTO CONTRATUAL

9.1 Não há exigência de prestação de garantia de cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA 10 – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1 O CONTRATANTE tem a obrigação de:

- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este contrato, Termo de Referência e anexos.
- b. Receber o serviço contrato no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- c. Notificar o CONTRATADO sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que ele seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas.
- d. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do CONTRATADO.
- e. Efetuar o pagamento do objeto fornecido no prazo, forma e condições aqui estabelecidos.
- f. Aplicar ao CONTRATADO as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato.
- g. Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos meramente protelatórios, manifestamente impertinentes ou de nenhum interesse à boa execução do ajuste.

10.2 O CONTRATADO tem a obrigação de:

- a. Prestar o serviço, objeto deste contrato, no prazo constante no Termo de Referência.
- b. Aceitar acréscimos ou supressões unilaterais impostos pelo CONTRATANTE de até 25% do valor atualizado do contrato, nas mesmas condições pactuadas inicialmente.
- c. Responsabilizar-se pelos vícios e danos do objeto, nos termos dos arts. 12, 13 e 17 a 27, da Lei Federal nº 8.078/90.
- d. Comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente após ser comunicado da ordem de serviço, caso haja impossibilidade de executar o contrato, os motivos que impossibilitem o cumprimento com a devida comprovação.
- e. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados.
- f. No prazo fixado pelo fiscal do contrato, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas os materiais/serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual ou dos materiais empregados.
- g. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do cumprimento deste contrato e de todo dano causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, cuja responsabilidade não será reduzida pela fiscalização ou acompanhamento da execução



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DELEGACIA GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



contratual pelo CONTRATANTE, o qual ficará autorizado a descontar o valor dos danos sofridos dos pagamentos devidos ou da garantia.

h. Na hipótese do item 8.6, parte final, quando solicitado o CONTRATADO deverá entregar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:

1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.
2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.
3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do CONTRATADO.
4. Certidão de Regularidade do FGTS.
5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
6. Nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato.

i. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.

j. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.

k. Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação, na contratação direta.

l. Cumprir durante todo o período de execução do contrato a reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras reservas de cargos previstas na legislação.

m. Comprovar o cumprimento da alínea acima no prazo fixado pelo fiscal do contrato, indicando os empregados que preencheram as referidas vagas.

n. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/21.

o. Cumprir as normas de segurança do CONTRATANTE, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.

CLÁUSULA 11 – RESPONSABILIDADE POR DANOS

11.1 A responsabilidade pelos danos causados por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do CONTRATADO.

11.2 A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros é exclusivamente sua.

11.3 O CONTRATANTE não responderá pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 12 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Constituem infrações administrativas do CONTRATADO a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
a. Dar causa à inexecução parcial do contrato.	Advertência* * Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “Impedimento de licitar e contratar”.
b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos	



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DELEGACIA GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



serviços públicos ou ao interesse coletivo. c. Dar causa à inexecução total do contrato. d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame. e. Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado. f. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.	Impedimento de licitar e contratar* * Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “<i>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</i>”.
g. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato. h. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato. i. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza. j. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame. k. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar

12.2 O atraso superior a **30 dias corridos** autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

12.4 As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:

Multa	
Moratória a. 0,1% sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de 30 dias corridos (inserir o número de dias). b. 0,1% sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado até o limite de 30 dias corridos (inserir o número de dias) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.	Compensatória 15% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto.

12.5 Antes da aplicação das sanções, o CONTRATADO será notificado para apresentar defesa no prazo de **15 dias úteis**, contado de sua intimação.

12.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao CONTRATADO, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.

12.7 Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até **15 dias úteis**, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DELEGACIA GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



12.8 A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o *rito especial* previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9 A aplicação das sanções deve observar:

- a. A natureza e gravidade da infração.
- b. As peculiaridades do caso.
- c. As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.
- d. Os danos causados ao CONTRATANTE.
- e. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10 As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.

12.11 A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.12 No prazo de **15 dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, o CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 13 – ALTERAÇÕES DO CONTRATO

13.1 As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2 Caso haja interesse público, o CONTRATANTE pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até **25%** do valor atualizado do contrato, mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.

13.3 As PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.

13.4 Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.

13.5 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por *simples apostila*, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 14 – EXTINÇÃO DO CONTRATO

14.1 O contrato se extingue quando todas as obrigações de ambas as PARTES forem cumpridas, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

14.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que o CONTRATANTE deverá providenciar a readequação do cronograma fixado para cumprimento do contrato.

14.3 Se a não conclusão do contrato decorrer de culpa do CONTRATADO, ele ficará constituído em mora, devendo ser instaurado procedimento de inexecução contratual para a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

14.4 Na hipótese do item 14.3, o CONTRATANTE poderá optar, ainda, pela extinção do contrato e adotar as medidas previstas em lei para a continuidade da execução do objeto.



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DELEGACIA GERAL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



CLÁUSULA 15 – FISCALIZAÇÃO

15.1. O cumprimento do contrato será fiscalizado pelo servidor nome do servidor, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, matrícula nº nnnn, lotado no [inserir setor], conforme portaria a ser publicada no Diário Oficial do Estado do Pará.

CLÁUSULA 16 – INTERPRETAÇÃO

16.1. As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao contratante e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual nº 8.972/20 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

CLÁUSULA 17 – TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS DE INTERESSE

17.1. Observado o disposto na Cláusula 16, permanecendo o conflito de interesse, as partes se comprometem a submeter a disputa preferencialmente à Câmara de negociação, conciliação, mediação e arbitragem da administração pública estadual para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual nº 121/19.

CLÁUSULA 18 – DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO

18.1 O contratante divulgará este contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (pncp) em até 20 dias úteis e o publicará no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de 10 dias úteis.

18.2 Os prazos contidos no item 18.1 são contados da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA 19 – VIGÊNCIA

19.1 O contrato terá vigência de **05 anos** (60 meses), com início em **dd/mm/aaaa** e término em **dd/mm/aaaa**.

19.1.1. Haverá possibilidade de prorrogação, nas hipóteses do artigo 106 e 107 da Lei 14.133 de 2021.

19.2 Quando o objeto não for concluído no período acima fixado, o prazo de vigência do contrato será automaticamente prorrogado, sem prejuízo da aplicação dos itens 14.3 e 14.4, quando a não conclusão decorrer de culpa do CONTRATADO.

19.3 Antes da prorrogação da vigência do contrato, o CONTRATANTE deverá verificar a regularidade fiscal do CONTRATADO, consultar o CEIS e o CNEP, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

CLÁUSULA 20 – FORO

20.1. As partes elegem o foro da Comarca de Belém-PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula 17.

Belém (PA), de..... de 2024.

ANA MICHELLE GONÇALVES SOARES ZAGALO
DELEGADA DE POLÍCIA CIVIL
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

(nome da CONTRATADA)
(nome completo do responsável legal da CONTRATADA)



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE INFORMÁTICA, MANUTENÇÃO E ESTATÍSTICA
GABINETE DA DIREÇÃO



TERMO DE REFERÊNCIA CERTIFICADO DIGITAL E TOKEN

O QUE SERÁ CONTRATADO?				
Item	Descrição	QTD. MÍN.	QTD. MÁX.	UND
1	Emissão de certificado de assinatura digital do tipo A1 e-CNPJ	1	50	Und
2	Emissão do certificado de assinatura digital do tipo A3 (e-CNPJ) COM fornecimento de dispositivo de armazenamento tipo TOKEN	1	20	Und
3	Emissão de certificado de assinatura digital do tipo A3 (e-CPF) COM fornecimento de Token	1	4.000	Und
4	Emissão de certificado de assinatura digital do tipo A3 (e-CPF) sem fornecimento de Token.	1	6.000	Und
5	Certificado digital de SSL/TLS, do tipo equipamento, emitido por uma AC subordinada à ICP-Brasil. Tipo A1 – Arquivo. Validade: 1 ano.	1	50	und
6	Certificado SSL/TLS Wildcard com Validação Organizacional (OV), com validade 1 (um) ano.	1	10	und
7	Visita ao local	1	50	und

JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO EM LOTES*



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE INFORMÁTICA, MANUTENÇÃO E ESTATÍSTICA
GABINETE DA DIREÇÃO



Contratação, por menor preço global em lote único, de empresa especializada para prestação de serviço de emissão e renovação de certificado digital no padrão ICP-Brasil dos tipos A1 e-CNPJ, A3 e-CNPJ e A3 e-CPF, com e sem fornecimento de mídia de armazenamento tipo Token USB criptográfico, SSL A1 Equipamento Servidor, Certificado digital de SSL-TLS, SSL Wildcard com Validação Organizacional (OV), com postos de atendimento em Belém, Santarém, Altamira, Marabá e Redenção no Estado do Pará, e visita local para instalação, validação e emissão nas dependências da Delegacia Geral da Polícia Civil do Estado do Pará – PCPA.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?

- 1** Com base no objeto, foram identificadas as necessidades da Polícia Civil do Estado do Pará – PCPA, e com fundamento técnico e econômico justifica-se a escolha com as informações abaixo, as quais serão detalhadas de acordo com a ordem dos itens deste Estudo Técnico:
 - 1.1 Item 1** – Emissão de certificado de assinatura digital do tipo A1 (e-CNPJ): de acordo com as necessidades da Polícia Civil do Estado do Pará – PCPA, o certificado e-CNPJ do tipo A1 é necessário para que seja instalado no Servidor da Polícia Civil do Estado do Pará – PCPA para a realização de integração junto a Sistemas da SEFA, como, por exemplo, o Documento de Arrecadação Estadual – DAE;
 - 1.2 Item 2** – Emissão de certificado de assinatura digital do tipo A3 (e-CNPJ), com fornecimento do dispositivo de armazenamento tipo *token*: de acordo com as necessidades da Polícia Civil do Estado do Pará – PCPA, o certificado e-CNPJ do tipo A3 será utilizado em mais de um setor na Polícia Civil do Estado do Pará – PCPA, para que sejam transmitidos dados fiscais e dados dos servidores para a



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE INFORMÁTICA, MANUTENÇÃO E ESTATÍSTICA
GABINETE DA DIREÇÃO



previdência social, como, por exemplo, o Sistema de Conectividade Social;

1.3 Item 3 – Emissão de certificado de assinatura digital do tipo A3 (e-CPF), com fornecimento do dispositivo de armazenamento tipo *token*: é o maior quantitativo de certificados digitais para serem adquiridos, pois esse certificado deverá ser disponibilizado e ou renovado para servidores nos cargos de Delegados, Investigadores, Escrivães, e Papiloscopistas da Polícia Civil do Estado do Pará – PCPA, os quais serão os principais utilizadores de Sistemas como o PJe, bem como para demais servidores das áreas administrativas e operacionais que necessitam de certificação digital em determinadas tarefas;

1.4 Item 4 – Emissão de certificado de assinatura digital do tipo A3 (e-CPF), sem fornecimento do dispositivo de armazenamento tipo *token*: de forma semelhante ao item 3.3 deste, este certificado ficará disponível para policiais civis do Estado do Pará – PCPA, que já receberam dispositivo de armazenamento compatível do tipo *token* em entrega anterior.

1.4.1 Em havendo já dispositivos de armazenamento tipo *token* adquiridos anteriormente com certificado vigentes e em pleno uso, assim, nesse caso específico, tem-se a necessidade de contratar apenas o fornecimento da certificação digital, sem o dispositivo de armazenamento, já considerado no quantitativo apurado neste;

1.5 Item 5 – O Certificado Digital SSL/TLS - ICP Brasil, Equipamento Servidor web (*Web Server, Web Application*), tipo A1 é o certificado para computador Servidor Web com raiz ICP-Brasil utilizado para individualizar os computadores



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE INFORMÁTICA, MANUTENÇÃO E ESTATÍSTICA
GABINETE DA DIREÇÃO



servidores na rede da Polícia Civil do Estado do Pará e garantir a privacidade e a integridade dos dados que trafegam entre o navegador do usuário e o computador servidor web. Tendo em vista que o Certificado Digital SSL/TLS precisa ser utilizado nos domínios dos softwares de aplicações e servidores da Polícia Civil. Frisamos que os modelos Open Source válidos por 90 (noventa) dias renováveis, ou seja, não oferecem apoio técnico na instalação e nem garantia financeira em caso de falha, é fundamental a obtenção de tal item por meio de certificadora que seja reconhecida e autorizada no mercado, que oferecerá todo suporte técnico necessário desde a aquisição até a instalação do certificado digital, além da confiabilidade da segurança e garantia do produto;

1.6 Item 6 - Certificado SSL/TLS Wildcard com Validação Organizacional (OV) aceito globalmente, desenvolvido para proteger a transferência de dados confidenciais em ilimitados subdomínios sob um único domínio no computador servidor, podendo ser utilizado na certificação SSL padrão para apenas um Nome Totalmente Qualificado (FQDN), protegendo o domínio para o qual é emitido, garantindo segurança para endereços de subdomínios utilizando apenas um Certificado Digital SSL/TLS. Tendo em vista que o Certificado Digital SSL atualmente utilizado no principal sítio domínio da Polícia Civil é fornecido por meio de certificadora contratada anteriormente, que se demonstrou reconhecida e autorizada no mercado, que ofereceu suporte técnico na aquisição até a instalação do certificado digital, e que deve manter a confiabilidade da segurança e garantia. Vale frisar que no modelo Wildcard, o domínio principal é protegido, incluindo subdomínios ilimitados.



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE INFORMÁTICA, MANUTENÇÃO E ESTATÍSTICA
GABINETE DA DIREÇÃO



Com uma demanda atual de certificados para a URL www.pc.pa.org.br, que passou a ser a principal e URL www.policiacivil.pa.gov.br que ainda é mantida;

1.7 Item 7 – Visita local: as visitas foram propostas devido à necessidade de emissão de certificado para o Delegado-Geral e outros gestores, pois devido suas agendas serem bastante concorridas, torna-se mais fácil de ser realizado entre o atendimento de um compromisso e outro, evitando assim atrasos no envio de informações obrigatórias da Polícia Civil do Estado do Pará – PCPA;

2 ESPECIFICAÇÃO

2.1 ITEM 1 – EMISSÃO DE CERTIFICADO DE ASSINATURA DIGITAL DO TIPO A1 (e-CNPJ)

2.1.1 Emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil;

2.1.2 Nível: A1;

2.1.3 Validade: 1 (um) ano, contado a partir da data do aceite definitivo do certificado;

2.1.4 Tipo: e-CNPJ;

2.1.5 Deve permitir a instalação na máquina, a criação de cópias para outras máquinas, realizar *backup* de segurança do arquivo, podendo ser hospedado em um servidor ou importado em *softwares* de emissão de nota fiscal eletrônica;

2.1.6 Ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICP Brasil.



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE INFORMÁTICA, MANUTENÇÃO E ESTATÍSTICA
GABINETE DA DIREÇÃO



2.2 ITEM 2 – EMISSÃO DE CERTIFICADO DE ASSINATURA DIGITAL DO TIPO A3 (E-CNPJ), COM FORNECIMENTO DE DISPOSITIVO DE ARMAZENAMENTO TIPO *TOKEN*

2.2.1 Emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil;

2.2.2 Nível: A3;

2.2.3 Validade: **24 (vinte e quatro) meses**, contados a partir da data do aceite definitivo do certificado;

2.2.4 Tipo: e-CNPJ;

2.2.5 Deve permitir sua utilização para assinatura de documentos eletrônicos, *e-mails*, acesso a aplicações, *logon* na rede, entre outras destinações;

2.2.6 Ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICP Brasil.

2.3 ITEM 3 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DE ASSINATURA DIGITAL DO TIPO A3 (E-CPF), COM FORNECIMENTO DE DISPOSITIVO DE ARMAZENAMENTO TIPO *TOKEN*

2.3.1 Emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil;

2.3.2 Nível: A3;

2.3.3 Validade: **36 (trinta e seis) meses**, contados a partir da data do aceite definitivo do certificado;



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE INFORMÁTICA, MANUTENÇÃO E ESTATÍSTICA
GABINETE DA DIREÇÃO



	2.3.4 Tipo: e-CPF; 2.3.5 Deve permitir sua utilização para assinatura de documentos eletrônicos, <i>e-mails</i>, acesso a aplicações, <i>logon</i> na rede, entre outras destinações; 2.3.6 Ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICP Brasil. 2.4 ITEM 4 – EMISSÃO DE CERTIFICADO DE ASSINATURA DIGITAL DO TIPO A3 (E-CPF), SEM FORNECIMENTO DE DISPOSITIVO DE ARMAZENAMENTO TIPO <i>TOKEN</i> Emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil; 2.4.1 Nível: A3; 2.4.2 Validade: 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data do aceite definitivo do certificado; 2.4.3 Tipo: e-CPF; 2.4.4 Deve permitir sua utilização para assinatura de documentos eletrônicos, <i>e-mails</i>, acesso a aplicações, <i>logon</i> na rede, entre outras destinações; 2.4.5 Ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICP Brasil. 2.4.6 Deve ser compatível com os 370 tokens utilizados pela Polícia Civil do Estado do Pará, do modelo SafeNET 5100.
--	---



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE INFORMÁTICA, MANUTENÇÃO E ESTATÍSTICA
GABINETE DA DIREÇÃO



**2.5 ITEM 5 – EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL
SSL/TLS ICP BRASIL, EQUIPAMENTO SERVIDOR (WEB
SERVER, WEB APPLICATION), TIPO A1**

- 2.5.1** Emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil;
- 2.5.2** Nível: SSL de criptografia mínima de 256 bits e chave RSA de 2048 bits;
- 2.5.3** Deve ser compatível com o protocolo SSL – Secure Sockets Layer, TLS – Transport Layer Security e HTTPS;
- 2.5.4** Deve utilizar algoritmo de hash SHA-256;
- 2.5.5** Deve oferecer interoperabilidade e segurança com maior força criptográfica;
- 2.5.6** Validade: 12 (doze) meses, contados a partir da data do aceite definitivo do certificado;
- 2.5.7** Deve ser utilizado para individualizar o Servidor de rede do órgão e garantir a privacidade e a integridade dos dados que trafegam entre o navegador-usuário e o servidor web;
- 2.5.8** Deverá haver reemissão gratuita e ilimitada do certificado digital durante sua validade;
- 2.5.9** Ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICP Brasil;

**2.6 ITEM 6 - EMISSÃO DE CERTIFICADO SSL/TLS
WILDCARD COM VALIDAÇÃO ORGANIZACIONAL (OV)**

- 2.6.1** Nível: SSL de criptografia mínima de 256 bits e chave RSA de 2048 bits;
- 2.6.2** Validade: 12 (doze) meses, contados a partir da data do aceite definitivo do certificado;



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE INFORMÁTICA, MANUTENÇÃO E ESTATÍSTICA
GABINETE DA DIREÇÃO



	2.6.3 Deve permitir certificação de um único domínio e infinitos subdomínios, em um nível; 2.6.4 Deve permitir instalação e possuir licença de uso do mesmo certificado em ilimitados servidores adicionais e/ou equipamentos, sem custo; 2.6.5 Deve prover certificado de validação completa; 2.6.6 Deve ser compatível com o protocolo SSL – Secure Sockets Layer, TLS – Transport Layer Security e HTTPS; 2.6.7 Deve ser compatível com todos os servidores web que suportem os protocolos SSL e TLS, como, por exemplo, o Windows Server e Linux Red Hat; 2.6.8 Deve ser compatível com todos os navegadores que suportem os protocolos SSL/TSL, independente do sistema operacional, além de celulares/ smartphones, tablets, e outros dispositivos móveis. 2.6.9 A AC deve possuir o selo Webtrust; 2.6.10 Deverá haver reemissão gratuita e ilimitada do certificado digital durante sua validade; 2.6.11 Deve Possuir selo de segurança Site Seguro; 2.6.12 Deve ser utilizado para garantir de que o serviço publicado é autêntico e dependendo do conteúdo, também é confidencial; 2.6.13 Deverá Incluir prestação de suporte remoto, via telefone, e-mail, chat e/ou website, por equipe de técnicos especializados, para esclarecimento de dúvidas técnicas e cadastrais, tais como: geração do CSR, validação da solicitação de compra, instalação do certificado e selo do Site Seguro e outras necessárias à perfeita execução do objeto contratado.
--	---



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE INFORMÁTICA, MANUTENÇÃO E ESTATÍSTICA
GABINETE DA DIREÇÃO



2.7 ITEM 7 – VISITA LOCAL

2.7.1 Visita de representante da CONTRATADA para emissão de certificado digital nas dependências da CONTRATANTE;

2.7.2 As visitas serão realizadas na sede da Delegacia-Geral da Polícia Civil do Estado do Pará, em Belém-PA;

2.7.3 As visitas deverão ocorrer no período das 08h às 18h;

2.7.4 A CONTRATANTE proverá espaço físico para realização das visitas e acesso à *internet*. Os demais equipamentos e serviços necessários para emissão de certificados deverão ser providos pela CONTRATADA;

2.7.5 O prazo de atendimento, depois de solicitado, será de até 02 (dois) dias úteis;

2.7.6 A CONTRATADA deverá atender as solicitações por visitas locais somente quando realizadas pelos gestores do contrato;

2.7.7 Cada visita técnica deverá ser capaz de emitir no mínimo 01 (um) certificado.

3 DO DISPOSITIVO DE ARMAZENAMENTO DE CERTIFICADO DIGITAL TIPO *TOKEN*

3.1 Deverá ser capaz de armazenar certificados, chaves e cadeias de certificados aderentes às normas do Comitê Gestor da ICP Brasil;

3.2 Possuir conector USB (Universal Serial Bus) tipo A versão 2.0 (ou superior compatível com 2.0);



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE INFORMÁTICA, MANUTENÇÃO E ESTATÍSTICA
GABINETE DA DIREÇÃO



	3.3 Permitir conexão direta na porta USB, sem necessidade de <i>interface</i> intermediária para leitura; 3.4 Seguir as regras estabelecidas para o nível 3 (ou superior) de segurança do padrão FIPS 140-2, e também ser aderente às demais normas do Comitê Gestor da ICP Brasil; 3.5 Possuir capacidade de armazenamento de certificados e chaves privadas de, no mínimo, 72 Kbytes; 3.6 Ter suporte à tecnologia de chaves pública/privada (PKI), com geração <i>on board</i> do par de chaves RSA de, no mínimo, 2048 bits; 3.7 Possuir carcaça resistente à água e à violação; 3.8 Fornecer <i>driver</i> e programa de gerenciamento para o sistema operacional Linux (Kernel 4.15 e versões superiores) e Microsoft Windows 7, 10 e versões superiores; 3.9 Deve permitir sua utilização sem a necessidade de instalação de <i>software</i> cliente em equipamentos com o sistema operacional Windows 7, 10 e versões superiores; 3.10 Fornecer <i>driver</i> e programa de gerenciamento para o sistema operacional Mac OS X; 3.11 Possuir compatibilidade com as especificações ISO 7816, partes 1, 2, 3 e 4; 3.12 Permitir a exportação automática de certificados armazenados no dispositivo para o <i>Certificate Store</i> do ambiente Microsoft Windows 2012 e versões superiores; 3.13 Permitir criação de senha de acesso ao dispositivo de, no mínimo, 06 (seis) caracteres; 3.14 Permitir criação de senhas com caracteres alfanuméricos;
--	--



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE INFORMÁTICA, MANUTENÇÃO E ESTATÍSTICA
GABINETE DA DIREÇÃO



	3.15 Permitir geração de chaves, protegidas por PINs (<i>Personal Identification Number</i>), compostos por caracteres alfanuméricos; 3.16 Permitir gravação de chaves privadas e certificados digitais que utilizam a versão 3 do padrão ITU-T X.509 de acordo com o perfil estabelecido na RFC 2459; 3.17 Armazenar chaves privadas em repositório de dados próprio, controlado pela solução; 3.18 Permitir inicialização e reinicialização do <i>token</i> mediante a utilização de PUK (Pin Unlock Key); 3.19 Suportar, pelo menos, os seguintes navegadores: Microsoft Edge (versão 80.* e superiores), Google Chrome (versão 80.* e superiores) e Firefox (versão 78.* e superiores); 3.20 Possuir ativação de funções que utilizem as chaves privadas, que somente possam ser realizadas após autenticação da identidade do titular do dispositivo; 3.21 Implementar troca obrigatória da senha padrão no primeiro acesso; 3.22 Bloquear o dispositivo após 15 (quinze) tentativas de autenticação com códigos inválidos; 3.23 Avisar o titular do dispositivo, cada vez que uma função for ativada, de que houve a utilização de sua chave privada. Nesse caso, deverá haver autenticação para liberar a utilização pretendida; 3.24 Bloquear a exportação da chave privada, condicionando às transações que forem utilizadas dentro do <i>token</i>;
--	---



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE INFORMÁTICA, MANUTENÇÃO E ESTATÍSTICA
GABINETE DA DIREÇÃO



- 3.25** O *software* de gerenciamento do dispositivo deverá estar no idioma português do Brasil e deverá permitir:
- 3.26** Gerenciamento do dispositivo;
- 3.27** Exportação de certificados armazenados no dispositivo;
- 3.28** Importação de certificados em formato PKCS#7 para área de armazenamento do dispositivo, de acordo com a RFC 2315;
- 3.29** Importação de certificados em formato PKCS#12 para área de armazenamento do dispositivo;
- 3.30** Visualização de certificados armazenados no dispositivo;
- 3.31** Remoção de chaves e outros dados contidos no dispositivo após autenticação do titular;
- 3.32** Reutilização de dispositivos bloqueados, por meio de remoção total dos dados armazenados, e geração de nova senha de acesso.
- 3.33** Garantia mínima de 01 (um) ano, contado a partir do aceite definitivo dos *tokens*;
- 3.34** Caso o *token* necessite ser substituído ou apresente erro que comprometa o funcionamento do certificado ali armazenado, um novo *token* deverá ser fornecido, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data da notificação feita pela CONTRATANTE.

NATUREZA DO BEM

- ☐ Comum.
- ☒ Especial.

PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO BEM



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE INFORMÁTICA, MANUTENÇÃO E ESTATÍSTICA
GABINETE DA DIREÇÃO



HAVERÁ PROVA DE QUALIDADE?	☐ Sim. ☒ Não.
O EDITAL EXIGIRÁ AMOSTRA?	☐ Sim. ☒ Não.
HAVERÁ GARANTIA DO BEM?	☒ Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, a contratada deverá prestar garantia ON SITE por falha técnicas e mudança originadas de diretrizes ICP-Brasil, dos bens indicados abaixo elencados pelo período de duração do contrato e vigência de validade dos itens. 4. GARANTIA ON SITE 4.1. ITEM 1 – EMISSÃO DE CERTIFICADO DE ASSINATURA DIGITAL DO TIPO A1 (E-CNPJ) 4.1.1. Garantia de correção e atualização, motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes ICP-Brasil, pelo período de 01 (um) ano, contados a partir da data do aceite definitivo do certificado. Caso a correção ou atualização exija emissão de novo certificado, a contratada deverá realizar, no prazo de 2 até (dois) dias úteis, contados da data de notificação, atendimento para correção na Delegacia Geral de Polícia Civil do Estado do Pará, para emití-lo, sem ônus adicional para a CONTRATANTE. 4.2. ITEM 2 - EMISSÃO DE CERTIFICADO DE ASSINATURA DIGITAL DO TIPO A3 (E-CNPJ)



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE INFORMÁTICA, MANUTENÇÃO E ESTATÍSTICA
GABINETE DA DIREÇÃO



4.2.1. Garantia de correção e atualização, motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes ICP-Brasil, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data do aceite definitivo do certificado. Caso a correção ou atualização exija emissão de novo certificado, a contratada deverá realizar, no prazo de 2 até (dois) dias úteis, contados da data de notificação, visita à Delegacia Geral da Polícia Civil do Estado do Pará, para emití-lo, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

4.3. ITENS 3 e 4 – EMISSÃO DE CERTIFICADO DE ASSINATURA DIGITAL DO TIPO A3 (E-CPF)

4.3.1. Garantia de correção e atualização, motivadas por falhas técnicas e mudanças originadas de diretrizes ICP-Brasil, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data do aceite definitivo do certificado. Caso a correção ou atualização exija emissão de novo certificado, a contratada deverá disponibilizar, no prazo de 2 até (dois) dias úteis, contados da data de notificação, liberar atendimento para correção na Delegacia Geral de Polícia Civil do Estado do Pará ou nos locais conforme consta na justificativa do



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE INFORMÁTICA, MANUTENÇÃO E ESTATÍSTICA
GABINETE DA DIREÇÃO



agrupamento em lotes deste termo, para emití-lo, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

4.3.2. As 4.015 (quatro mil e quinze) certificações digitais previstas no item 4 do quadro de 'O QUE SERÁ CONTRATADO?' deverão obrigatoriamente ser compatíveis com os *tokens* já utilizados pela Polícia Civil do Estado do Pará, do modelo SafeNET 5100.

4.4. ITEM 5 – EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL SSL/TLS - ICP BRASIL, EQUIPAMENTO SERVIDOR (WEB SERVER, WEB APPLICATION), TIPO A1

4.4.1. – Garantia de correção e atualização, motivadas por falhas técnicas, incidentes cibernéticos, quebra do certificado, comprovação de phishing, interceptação de dados, envenenamento de resposta, pulverização de senha, ataque Kerberoasting (Escalonamento de privilégios), invasões por *cyber-attack* que comprometam a segurança da criptografia dos dados que trafegam nos computadores servidores certificados, e mudanças originadas de diretrizes ICP-Brasil, pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data do aceite definitivo do certificado. Caso a correção



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE INFORMÁTICA, MANUTENÇÃO E ESTATÍSTICA
GABINETE DA DIREÇÃO



ou atualização exija emissão de novo certificado, a contratada deverá realizar, no prazo de 2 até (duas) horas, contados da data e hora da notificação, para emití-lo, implantá-lo e validá-lo em conformidade funcional, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

4.4.2. Os serviços deverão ocorrer, no mínimo remotamente, no máximo presencialmente na Delegacia Geral ou na PRODEPA que fornece hospedagem a sistemas da CONTRATANTE, ou terceirizado que vier a substituí-la, em que estejam alocados fisicamente o(s) computador(es) servidor(es) certificado(s), nos limites ao Estado do Pará.

4.5. ITEM 6 - EMISSÃO DE CERTIFICADO SSL/TLS WILDCARD COM (OV) VALIDAÇÃO ORGANIZACIONAL

4.5.1. – Garantia de correção e atualização, motivadas por falhas técnicas, incidentes cibernéticos, quebra do certificado, comprovação de phishing, interceptação de dados, envenenamento de resposta, pulverização de senha, ataque Kerberoasting (Escalonamento de privilégios), ataques “POODLE” (Padding Oracle on Downgraded Legacy Encryption) – ataque a tarefa de



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE INFORMÁTICA, MANUTENÇÃO E ESTATÍSTICA
GABINETE DA DIREÇÃO



preenchimento do modo de cifra de bloco, ataque DROWN (Decrypting RSA with Obsolete and Weakened Encryption) – ataque que descriptografa conexões interceptadas de usuários, invasões por *cyber-attack* que comprometam a segurança da criptografia dos dados que trafegam nos computadores servidores certificados, e mudanças originadas de diretrizes ICP-Brasil, pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data do aceite definitivo do certificado. Caso a correção ou atualização exija emissão de novo certificado, a contratada deverá realizar, no prazo de 2 até (duas) horas, contados da data e hora da notificação, para emitilo, implantá-lo e validá-lo em conformidade funcional, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

4.5.2. Os serviços deverão ocorrer, no mínimo remotamente, no máximo presencialmente na Delegacia Geral ou na sede da PRODEPA que fornece hospedagem a sistemas da CONTRATANTE, ou terceirizado que vier a substituí-la, em que estejam alocados fisicamente o(s) computador(es) servidor(es)



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE INFORMÁTICA, MANUTENÇÃO E ESTATÍSTICA
GABINETE DA DIREÇÃO



certificado(s), nos limites ao Estado do Pará.

4.6. DO DISPOSITIVO DE ARMAZENAMENTO DE CERTIFICADO DIGITAL DO TIPO TOKEN

4.6.1. Garantia de 1 (um) ano, contado da data da entrega do produto. Nesse período, caso o produto apresente defeito, a CONTRATADA deverá realizar, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da notificação, troca do material defeituoso por outro, novo, com as mesmas características do objeto contratado;

4.6.2. No caso de defeito do dispositivo de armazenamento, havendo necessidade de emissão de nova certificação, está se dará às expensas da contratada;

4.6.3. A CONTRATADA deverá manter central de atendimento para abertura de chamados pelo menos no horário de 8h (oito) às 18h (dezoito), de segunda à sexta-feira, exceto feriados. A central deverá ser acionada por telefone ou pela *internet*. No momento de abertura do chamado deverá ser fornecido à CONTRATANTE um número único de identificação do chamado.

☐ Não.



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE INFORMÁTICA, MANUTENÇÃO E ESTATÍSTICA
GABINETE DA DIREÇÃO



HAVERÁ ASSISTÊNCIA TÉCNICA?	☒ Sim. 5. Pelo período contratual, promovendo atendimento para manutenção, correção, substituição dispositivos ou geração lógica de novo certificado, a saber: 5.1. Substituir dispositivos de armazenamento defeituosos sem ônus para a contratante e, havendo necessidade de emissão de nova certificação, está se dará às expensas da contratada. 5.2. Arcar com todas as despesas com mão de obra e recursos materiais próprios e necessários utilizados na execução da assistência ao contrato; 5.3. Manter em seu quadro de pessoal, para a execução do contrato, profissional (s) com experiência na implantação da solução, objeto do contrato; 5.4. A CONTRATADA deverá prover pessoal qualificado, em quantidade suficiente para realizar a execução dos serviços componentes da solução a ser contratada, de forma que atenda plenamente seus requisitos.
CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	
FORMA DE CONTRATAÇÃO	☒ Pregão eletrônico.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	☒ Menor preço.
ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?	☒ Não.
CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA	A proposta deve observar os valores de menores preços, sempre vigorado entre o mínimo e máximo, estar em conformidade com este termo e edital.



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE INFORMÁTICA, MANUTENÇÃO E ESTATÍSTICA
GABINETE DA DIREÇÃO



HÁ ITENS COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE?	☐ Sim. Indicar os itens: (Indicar os itens).				
	☒ Não.				
REQUISITOS DA CONTRATADA					
SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?	<table border="0"><tr><td>Qual?</td><td>CAPACIDADE TÉCNICA DO LICITANTE Além das demais condições de habilitação, o interessado no certame deverá comprovar capacidade técnica mediante a apresentação da seguinte documentação: 1 No mínimo 2 (dois) atestados de capacidade técnica, em papel timbrado, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante forneceu solução compatível com o objeto da presente contratação; 2 O atestado deve ser claro em relação ao fornecimento da tecnologia e do suporte prestado pela empresa contratada, devendo conter: 2.1 a) Nome da empresa ou órgão que fornece o atestado; 2.2 b) Endereço completo; 2.3 c) Descrição do produto/serviço prestado;</td></tr><tr><td>Por quê?</td><td></td></tr></table>	Qual?	CAPACIDADE TÉCNICA DO LICITANTE Além das demais condições de habilitação, o interessado no certame deverá comprovar capacidade técnica mediante a apresentação da seguinte documentação: 1 No mínimo 2 (dois) atestados de capacidade técnica, em papel timbrado, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante forneceu solução compatível com o objeto da presente contratação; 2 O atestado deve ser claro em relação ao fornecimento da tecnologia e do suporte prestado pela empresa contratada, devendo conter: 2.1 a) Nome da empresa ou órgão que fornece o atestado; 2.2 b) Endereço completo; 2.3 c) Descrição do produto/serviço prestado;	Por quê?	
Qual?	CAPACIDADE TÉCNICA DO LICITANTE Além das demais condições de habilitação, o interessado no certame deverá comprovar capacidade técnica mediante a apresentação da seguinte documentação: 1 No mínimo 2 (dois) atestados de capacidade técnica, em papel timbrado, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante forneceu solução compatível com o objeto da presente contratação; 2 O atestado deve ser claro em relação ao fornecimento da tecnologia e do suporte prestado pela empresa contratada, devendo conter: 2.1 a) Nome da empresa ou órgão que fornece o atestado; 2.2 b) Endereço completo; 2.3 c) Descrição do produto/serviço prestado;				
Por quê?					



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE INFORMÁTICA, MANUTENÇÃO E ESTATÍSTICA
GABINETE DA DIREÇÃO



2.4 d) Manifestação acerca da qualidade dos serviços prestados;

2.5 e) Identificação do responsável pela emissão do atestado com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais de interesse da Comissão de Licitação.

3 No caso de atestados fornecidos por empresa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa licitante;

4 Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo, empresas controladas pela licitante ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa licitante.

5 Será entendido como solução compatível aquele contrato com objeto similar ao do presente termo de referência, comprovado através da apresentação de cópia do contrato ou de instrumento equivalente, ou ainda, nota fiscal;

☒ Registro na entidade profissional competente.

Justificativa: Conforme a Lei 14.063 de 2020 que dispõe sobre assinaturas digitais em interação



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE INFORMÁTICA, MANUTENÇÃO E ESTATÍSTICA
GABINETE DA DIREÇÃO



	1. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil; 2. Ser aderente às normas do Comitê Gestor da ICP Brasil.	com entes públicos com objetivo de proteger as informações pessoais bem como de atribuir eficiência e segurança nos serviços públicos prestados sobretudo em ambiente eletrônico.
HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?	☐ Sim. ☒ Não.	
HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?	☒ Sim. ☐ Não.	Especificar: Incompatibilidade de referências técnicas das tecnologias atuais dos tokens, dos certificados digitais aos sistemas operacionais e softwares adotados pela PC-PA.
FORMA DE ENTREGA DO BEM		
COMO O BEM DEVE SER ENTREGUE?	☒ Via emissão de voucher e/ou visitas locais 1 EMISSÃO DE VOUCHER PARA CERTIFICADO DIGITAL 1.1.1 A execução dos serviços será sob demanda, realizada de acordo com a emissão do voucher gerado pela PCPA para emissão de Certificado Digital, cabendo ao servidor contemplado apresentar o <i>voucher</i> e os documentos necessários para a emissão do Certificado Digital, no mínimo em um dos locais para emissão do Certificado Digital, conforme consta na justificativa do agrupamento em lotes deste termo. 2 LOCAIS PARA EMISSÃO DOS CERTIFICADOS DIGITAIS 2.1 Devido à abrangência da CONTRATANTE, que atua em todo o Estado do Pará, e a fim de facilitar o deslocamento dos servidores da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá ter representantes onde os servidores da CONTRATANTE possam habilitar o Certificado Digital, sem ônus ou encargos à CONTRATANTE, nos seguintes municípios sede: Belém,	



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE INFORMÁTICA, MANUTENÇÃO E ESTATÍSTICA
GABINETE DA DIREÇÃO



	Castanhal, Parauapebas, Marabá, Santarém, Altamira e Redenção.				
LOCAL E HORA DA ENTREGA DO BEM	O bem deve ser entregue na sede da contratante, cujo endereço é Avenida Governador Magalhães Barata, nº 209, Bloco b, 2º andar na Secretaria da Diretoria de Informática, Manutenção e Estatística, Bairro: Nazaré, Belém PA, CEP 66040-170, no Horário de 09:00 às 16:00, de segunda a sexta-feira.				
PRAZO MÁXIMO DE VALIDADE	No caso de bens perecíveis, o seu prazo de validade na data da entrega não poderá ser maior que 5 anos , com possibilidade de prorrogação por mais 5 anos conforme o artigo 106 e 107 da Lei 14.133 de 2021, conforme prazo total recomendado pelo fabricante.				
PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO					
PRAZO DO CONTRATO	☐ 30 dias (pronta entrega). ☒ 5 ANOS				
HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?	☒ Sim, nas hipóteses do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21. ☐ Não.				
FORMA DE PAGAMENTO	<table border="0"><tr><td>Meio</td><td>Ordem bancária.</td></tr><tr><td>Onde?</td><td>O pagamento será creditado em conta corrente da CONTRATADA junto ao Banco do Estado do Pará – BANPARÁ, conforme o decreto N.º 877, de 31 de Março de 2008, ressalvados os casos dispostos na Instrução Normativa SEFA nº 0018, de 21 de maio de 2008, Instrução Normativa SEFA nº 0022 de 23 de junho de 2008, da Secretaria de Estado de Fazenda, publicada no DOE nº31174 de 23 de maio de 2008, devendo para isso ficar explicitado na nota fiscal/fatura, o nome/número da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;</td></tr></table>	Meio	Ordem bancária.	Onde?	O pagamento será creditado em conta corrente da CONTRATADA junto ao Banco do Estado do Pará – BANPARÁ, conforme o decreto N.º 877, de 31 de Março de 2008, ressalvados os casos dispostos na Instrução Normativa SEFA nº 0018, de 21 de maio de 2008, Instrução Normativa SEFA nº 0022 de 23 de junho de 2008, da Secretaria de Estado de Fazenda, publicada no DOE nº31174 de 23 de maio de 2008, devendo para isso ficar explicitado na nota fiscal/fatura, o nome/número da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;
Meio	Ordem bancária.				
Onde?	O pagamento será creditado em conta corrente da CONTRATADA junto ao Banco do Estado do Pará – BANPARÁ, conforme o decreto N.º 877, de 31 de Março de 2008, ressalvados os casos dispostos na Instrução Normativa SEFA nº 0018, de 21 de maio de 2008, Instrução Normativa SEFA nº 0022 de 23 de junho de 2008, da Secretaria de Estado de Fazenda, publicada no DOE nº31174 de 23 de maio de 2008, devendo para isso ficar explicitado na nota fiscal/fatura, o nome/número da agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;				



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE INFORMÁTICA, MANUTENÇÃO E ESTATÍSTICA
GABINETE DA DIREÇÃO



Qual o prazo?

O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, a contar da data da apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo Responsável do Recebimento do objeto licitado, pela CONTRATANTE, mediante apresentação da Fatura juntamente com a Nota Fiscal, Recibo e Certidões do INSS e FGTS em vigência, uma vez satisfeitas às condições estabelecidas no Contrato;

Prova da regularidade fiscal

Será procedida consulta "ON LINE" junto ao SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado ao fornecedor, para verificação da situação do mesmo, relativamente às condições exigidas no empenho, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio;

Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal/fatura, por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias reiniciar-se-á, a contar da respectiva reapresentação;

Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente junto a CONTRATANTE, em favor do fornecedor. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
DIRETORIA DE INFORMÁTICA, MANUTENÇÃO E ESTATÍSTICA
GABINETE DA DIREÇÃO



QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?	☐ X% do valor inicial do contrato. Garantia da contratação ☒ Não há.
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO	Funcional Programática: 40101.122.1297.8338. Elemento de Despesa: 339040. Fonte do Recurso: 015000000001.

BELÉM-PA, 28 de dezembro de 2023.

MARIA DO SOCORRO RODRIGUES BEZERRA SILVA
DIRETORA DE INFORMÁTICA
Delegada de Polícia Civil
Matricula: 5433576